Ata da 6ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Legislatura 2021/2024, em 18 de maio de 2021.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso. No prédio destinado ao seu funcionamento às 09h40min, iniciou-se a 6ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Poconé, da Legislatura 2021/2024. Convocada pelo Presidente no encerramento da 15ª Sessão Ordinária realizada no dia 18 de maio de 2021, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão e votação em um só turno do projeto de lei n.º 015/2021, iniciativa Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a parcelar os débitos previdenciários e não previdenciários, ajuizados e não ajuizados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, e dá outras providências. Presidida pelo vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira "Marcinho", MDB, Presidente, Secretariada pela vereadora Jossielma Alves da Silva, PTB, 1ª Secretária. O Presidente solicita a 1ª Secretária verificar a presença dos vereadores. Verificada constatam-se presentes Vereadores/Vereadoras: AMARILDO SCHMIELESKI, DEM, BENEDITO AURÉLIO ARRUDA LIMA, PP, FÁTIMA DE AQUINO, PSB, FABIO ROGÉRIO MARTINS DE OLIVEIRA, DEM, ITAMAR LOURENÇO DA SILVA, PSB, JOSSIELMA ALVES DA SILVA, PTB, JOSÉ SERGIO DA SILVA MARTINS, PSB, LUIS EDUARDO ALMEIDA DE AQUINO NUNES, PSDB, SÉRGIO PAULA ASSUNÇÃO, MDB. Ausência da vereadora JOCILMA DIVINA DO AMARAL FONTES, DEM. Havendo "quorum", invocando a proteção de Deus, e em nome da Comunidade poconeana, o senhor Presidente declara aberta a 6ª Sessão Extraordinária. Passando a seguir para a Ordem do Dia: Discussão e votação em um só turno do projeto de lei n.º 015/2021, iniciativa Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a parcelar os débitos previdenciários e não previdenciários ajuizados e não ajuizados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, e dá outras providências, com o Parecer n.º 012/21, favorável, emitido pela comissão de Justiça, Economia e Finanças. Em discussão: Manifestam o vereador Itamar Lourenço, PSB: Nosso cordial bom dia a todos aos pares e demais colaboradores desta casa, desta conceituada instituição Câmara Municipal de Poconé, hoje meus amigos nós estamos tomando um passo mega importante dentro do nosso município, decisão esta que nossos edis vamos dizer assim, não tiveram a coragem seja por falta de oportunidades ou de outras razões que neste momento termina sendo irrelevante, o fato é que estou falando exatamente da ponta pé inicial que esta Câmara em nome dos 11 vereadores, decidimos então tomar, que é garantir junto com o executivo o direito de milhares de servidores do município que ao longo dos anos eles foram descontados de seu salário o INSS e não repassado para o órgão competente, impossibilitando então o município de receber então verbas estaduais, federais, recursos que são de suma importância

para o desenvolvimento do município prejudicando também os nossos colaboradores aqueles que pretendem aposentar, aqueles que precisam de um auxilio doença e etc., isso termina de certa forma acarretando os problemas mas considerando a importância dos pagamentos dos benefícios elas devem ser feitas com eficiência e com eficácia, torna-se fundamental que o gestor ou gestora municipal, possa garantir seus direitos e de seus colaboradores. É uma obrigação repassar o dinheiro arrecadado da contribuição para previdência social e isso é competência do município, portanto o tempo deve ser averbado na previdência social mesmo que não tenha chegado dinheiro ao público, os problemas eles são inúmeros em relação a isso, quando o município deixa de repassar meus amigos, a contribuição previdenciária por incrível que pareça o INSS tem a obrigação de fiscalizar o dinheiro que foi arrecadado e conforme a lei 8.212 de 91 no seu art.30 ele diz que a falha do INSS de fiscalizar e das prefeituras em não fazer o repasse não deve afetar a parte mais fraca e quem é a parte mais fraca? O contribuinte. Por isso que nós vereadores da Câmara Municipal de Poconé, nós estamos com a missão de ajudar, resolver juntamente com a gestão essa situação, lembrando que o gestor atual herdou essas dividas de outros gestores que foram imprudentes, lesando direitos que jamais deveriam lesar, mas nós como fiscalizadores auxiliadores do poder executivo nós temos sim que acompanhar isso de perto, nós temos que fiscalizar para que não repita essa mesma situação que tem se repetido a anos anteriores esses erros do passado e é assim que vamos assegurar como legisladores direitos daqueles que representam a nós ou que nós representamos a eles, sendo assim eu quero dizer que nós vereadores de Poconé, nada mais que exercendo a obrigatoriedade de rever essa situação que foi por isso que nós fomos eleitos para auxiliar a gestão, fiscalizar as ações da gestão e outros requisitos que mandam as atribuições de nós vereadores, é necessário dentro desse contexto nós lembrarmos que esta herança elas são cruéis e elas não devem continuar, elas não devem permanecer e a gestão atual ela não deve também dar continuidade dos erros do passado, ao mesmo tempo que queremos enaltecer a gestão atual, e querer resolver o problema nós temos também que alerta-los que não devem cometer erros que outros cometeram, porque este ou esta patrão ou patroa que não repassam o INSS do contribuinte descontado no salário de seus servidores ou dos seus colaboradores ele comete o crime de apropriação indébita prevista na previdenciária e aqui nós temos dois advogados que sabem exatamente do que se trata, e isso é um crime de certa forma vamos parabenizar a nós vereadores que temos que acompanhar isso de perto porque se passaram inúmeras gestões e não tiveram essa iniciativa que nós 11 estamos tendo de ter essa coragem de mostrar a nossa cara de dizer que nós queremos sim que os nossos colaboradores tenham a oportunidade de uma aposentadoria sem dor de cabeça, sem ter que provar algo que eles mesmos pagaram que foram

descontados da fonte deles, é muito ruim, é muito chato isso ter que correr para cima e para baixo para provar algo que você já pagou e tudo isso compete não só também ao INSS de fiscalizar, compete também a nós vereadores que temos dentro de uma de nossas atribuições a fiscalização, de fiscalizarmos sim esse crédito que nós estamos dando para a gestão em que eles deem continuidade a essa oportunidade que nós estamos ofertando a eles, a essa credibilidade que depende da câmara ofertar e mediante a isso eu quero deixar aqui senhor presidente em nome dos vereadores, solicitar um oficio para o executivo que o executivo apresente em forma de oficio para nós o valor total da divida consolidada, memória de calculo detalhada, valor das parcelas, quantidade das parcelas em que gestão começou a não efetuar o pagamento e a divida corrigida referente este gasto também quais foram as outra gestões, o ano, nome do gestor, valor por mandato corrigido de cada gestor e a divida que o atual gestor herdou e eu acho que isso é de suma importância para nós vereadores termos o conhecimento para que quando nós formos questionados nós sabermos exatamente aonde nós colocamos os nossos pés e as nossas mãos e termos uma explanação verídica sem ludibriar a população ou aqueles que nos questionam porque ai sim nós iremos estar com credibilidade por determos um fator predominante que acontece ai fora que muitos nos julgam ou que nós não temos conhecimento e conhecimento eu creio que todos nós temos. Obrigado e espero que todos possam dar um voto de credibilidade em relação ao INSS e esse parcelamento. O vereador Sérgio Assunção, MDB: Senhor presidente, bom dia a todos os colegas vereadores quero aqui neste momento parabenizar o vereador Itamar Lourenço pela sua colocação profunda da realidade referente a esse sistema nosso do INSS aqui no município de Poconé. No ano de 2003/2004 eu fui secretário de administração de Poconé na gestão do então prefeito Euclides Santos e nós já tínhamos esse problema seríssimo do INSS aqui no município. Retornei na prefeitura como procurador geral do município no ano de 2013, sai e voltei em 2015 na gestão da prefeita Meire Adauto enfim outro problema seríssimo, então a gente tem conhecimento desse problema do INSS que assola não só o município de Poconé como todos os municípios do estado bem como o estado também passa por isso referente à união, neste caso especifico aqui deste projeto bem louvado essa receita federal/procuradoria nacional da união estar fazendo esse parcelamento para todos os municípios que hoje a maioria dos municípios pequenos de arrecadação estão tendo esse problema de certidões, e quando vem esse parcelamento em até 84x nada mais justo como bem deixou o nosso colega aqui, que tem a oportunidade para nós atuais vereadores desta gestão de mostrar principalmente ao município de não deixar faltar recursos oriundos da união, do estado e até em particular devido certidões como tenho conhecimento que vários recursos federais vinham diretamente do município tem que vim para o estado devido o município não ter essa

certidão mas enfim eu tenho e faço um questionamento aqui esse projeto lei que foi lido aqui a 15 dias atrás e foi eu um dos que passou para mesa diretora até para secretaria que esse projeto veio faltando requisitos, porque quando você pega um parcelamento que vai ser em 84x você tem que saber do que se trata, qual o valor da divida, qual o montante, quais períodos, quantos meses atrasados estão e isso veio faltando, eu passei para a mesa diretora e já deixo aqui registrado senhor presidente não só que está acontecendo referente a esse processo desse projeto mas tem outros que vem projeto lei do executivo que está faltando anexo, faltando complementação que quando chega aqui na mesa diretora, quando chega na secretaria, que devolva esse projeto e peça complementação para chegar aqui e estar embasada, hoje nada mais justa que uma medida de emergência como bem deixou aqui o líder de governo que foi pedida essa sessão extraordinária que tem que ser votado pelo prazo de entregar, mas nós vamos votar e deixo bem claro para vocês que meu voto é sim pela aprovação mas nós vamos votar uma coisa que hora que a gente por o pé na rua e tiver algum repórter a nos questionar, nós não saberemos justificar, nós não sabemos quantos meses, qual o valor e tem um cuidado maior ainda que eu vou deixar para vocês que é um parcelamento desse aqui em off me parece que está na faixa de 26/27 milhões de reais isso vai equivaler a 84x aproximadamente de 500 mil reais por mês, um arrecadação dessa, esses 500 mil reais juntamente o que você tem que recolher mensal você tem que fazer a parte patronal a parte funcional não se discute se você está tirando da parte funcional você já tem que passar direto, isso aqui como Itamar deixou isso ai dá apropriação indébita do gestor e dá cassação do gestor, isso ai o Dr. Fábio aqui sabe, mas enfim minha preocupação também porque esses 500 mil hoje nós não sabemos o valor, eu não sei se algum de vocês tem esses dados nas mãos do que a prefeitura tem que recolher mensalmente a parte patronal e a parte funcional dos servidores, eu sei que a prefeitura de Poconé tem 800 e poucos funcionários efetivos, mais 400 e poucos aposentados e pensionistas e isso aqui eu penso eu que dá na faixa de 1 milhão por mês com a parte patronal e com a parte funcional juntamente com mais esses 500 mil vai para 1,5 milhões e olha o tamanho da bola de neve que vai ficar isso ai se atrasar um ou dois meses e o que acontece com o INSS? Eu tenho conhecimento porque fui procurador do município, o INSS vai ao fundo de participação do município, vai lá e cata depois que pegou meu amigo, pode esquecer, não vai pagar INSS, não vai pagar também o funcionário público municipal então graças a Deus o que está dando de ver na gestão atual isso que vem de gestões que eu estou falando desde 2003/2004 que eu fiz parte da administração eu sei que tem esses débitos e vem até o atual e não só as administrações anteriores, mas penso eu também vereador Itamar que na atual também está atrasada, então eu acho que o prefeito com seus técnicos têm esses dados na mão para fazer um compromisso desses para

amanhã o mal não ficar pior do que está, se você pega um certidão dessa aqui hoje resolve os problemas que tem que resolver, nós estivemos juntamente com o governador, tem recursos para vir para o município e ele deixou bem claro ao prefeito e falou para o presidente que tem que estar com a certidão positiva para vir recursos então, não é nós vereadores aqui da casa que vamos deixar a prefeitura sem receber esses recursos, só deixando esse adentro e essa preocupação se futuramente o município vai dar conta de arcar com esse compromisso e também deixo aqui a posição do vereador Sérgio Assunção, projeto lei que vir faltando peças do jeito que está sendo feito aqui, é uma critica que eu faço diretamente a mesa diretora e faço também a secretaria de vir faltando, não precisa que eu não vou estar junto e não vou aprovar, no mais muito obrigado. Em votação: Aprovado por Vereadores/Vereadoras presentes 09 (voto) votos. Não havendo mais nada para tratar na presente sessão, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, declara encerrada a 6ª Sessão Extraordinária. E, para constar, eu, Juscelino José de Oliveira, Auxiliar de Serviços Administrativos, gravei a sessão em pauta; eu Emilaine Ketiny Muniz da Cunha, servidora pública, digitalizei a gravação, eu, Benedito Norberto da Silva, Secretário Geral _____ resumi o teor da Ata, contendo **05 páginas**, pela qual nós, supra-assinados, nos responsabilizamos em conjunto, e que depois de lida e aprovada vai assinada pelo Presidente, pela 1ª Secretária e Vereadores presentes.